



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO D'ESTE NUMERO — \$40

Toda a correspondência, quer official, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares annunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 200\$	Semestre	110\$
A 1.ª série . . .	" 80\$	"	42\$
A 2.ª série . . .	" 70\$	"	37\$
A 3.ª série . . .	" 70\$	"	37\$

Avulso: Número de duas páginas \$20;
de mais de duas páginas \$20 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$ a linha, acrescido de \$03 de selo por cada um. Exceptuam-se os casos previstos no § único do artigo 3.º do decreto n.º 9:120, publicado no *Diário do Governo* n.º 197, 1.ª série, de 18-IX-1923.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 9:520 — Determina que a distribuição do produto das multas por transgressão dos regulamentos fiscaes, nos processos em que sejam participantes os empregados aduaneiros, seja feita de conformidade com o estabelecido no artigo 6.º do decreto n.º 6:586.

Decreto n.º 9:521 — Torna extensivas à delegação da Alfândega do Porto em Leixões as disposições do artigo 1.º do decreto n.º 9:070, sobre nomeações de ajudantes de despachantes.

Decreto n.º 9:522 — Torna obrigatória a apresentação nas alfândegas dentro do prazo de quatro dias, depois da saída, de uma cópia do manifesto ou relação de todas as mercadorias carregadas pelos navios nos portos do continente e ilhas.

Ministério da Guerra:

Decreto n.º 9:523 — Manda pôr em execução as alterações ao regulamento da antiga Escola de Guerra.

Ministério da Marinha:

Decretos n.ºs 9:524 e 9:525 — Abrem créditos especiais de 300.000\$ e 150.000\$ para reforço, respectivamente, do capítulo 3.º, artigo 24.º, e capítulo 2.º, artigo 22.º, do orçamento da despesa ordinária do Ministério para 1923-1924.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso — Torna público ter a Grécia ratificado o acôrdo relativo ao serviço de vales do correio com protocolo final e regulamento de execução assinado em Madrid em 20 de Novembro de 1920.

Aviso — Torna público ter a República dos Estados Unidos do Brasil ratificado vários convênios e acordos postais assinados em Madrid em 30 de Novembro de 1920.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

Conselho da Direcção Geral

Decreto n.º 9:520

Considerando que, segundo o disposto no n.º 8.º da base IX do decreto n.º 2 de 27 de Maio de 1911, reproduzido no artigo 3.º do decreto de 30 de Novembro de 1912 e no artigo 37.º do decreto n.º 4:560, de 8 de Julho de 1918, da importância das multas impostas por transgressão dos regulamentos fiscaes, quando o participante seja empregado aduaneiro, pertencem ao Estado 30 por cento, sendo os restantes 70 por cento receita do Montepio das Alfândegas;

Considerando que, de conformidade com as disposições citadas, os funcionários das alfândegas não participam das mesmas multas, não obstante serem os participantes das transgressões aludidas;

Considerando que a experiência de tal prática, que alterou a estabelecida até então, vem demonstrando a conveniência do regresso ao regime anterior, dando-se assim aos funcionários um maior incentivo e a justa compensação do seu zelo pelo serviço:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro das Finanças, e com fundamento no § único do artigo 2.º do decreto n.º 4:560, de 8 de Julho de 1918, o seguinte:

Artigo único. É revogada a disposição do artigo 37.º do decreto n.º 4:560, de 8 de Julho de 1918, devendo a distribuição das multas por transgressão dos regulamentos fiscaes, nos processos em que sejam participantes os empregados aduaneiros, ser feita de conformidade com o estabelecido no artigo 6.º do decreto n.º 6:586, de 28 de Abril de 1920.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 21 de Março de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alvaro Xavier de Castro*.

1.ª Repartição

1.ª Secção

Decreto n.º 9:521

Considerando que as razões que originaram a publicação do decreto n.º 9:070 concorrem também na delegação da Alfândega do Porto em Leixões, onde se não encontram individuos com as habilitações actualmente exigidas para o exercício dos lugares de ajudantes de despachantes officiais, o que é prejudicial à regularidade dos serviços a cargo daquela delegação: hei por bem, nos termos do artigo 2.º do decreto n.º 4:560, sob proposta do Ministro das Finanças, decretar o seguinte:

Artigo 1.º São extensivas à delegação da Alfândega do Porto em Leixões as disposições do artigo 1.º do decreto n.º 9:070, de 12 de Agosto de 1923.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 21 de Março de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alvaro Xavier de Castro*.

Decreto n.º 9:522

Considerando a vantagem que resultará para os interesses do Estado e boa ordem do serviço aduaneiro de tornar obrigatória a apresentação nas alfândegas, dentro do prazo de quatro dias, depois da saída, de uma cópia do manifesto ou relação de todas as mercadorias carre-